



Tipo de trabalho: TRABALHO COMPLETO (MÍNIMO 08 PÁGINAS, MÁXIMO 15 PÁGINAS)

REFLEXÕES SOBRE A DIVERSIDADE SEXUAL E A VIOLÊNCIA: CONTRIBUIÇÕES À SAÚDE DO TRABALHADOR¹

Carolina Nicolodi Dias², Rosane Teresinha Fontana³

¹ Parte de uma dissertação de Mestrado profissional em Ensino Científico e Tecnológico da URI Campus Santo Angelo

² Mestranda do Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação em Ensino Científico e Tecnológico da URI ? Santo Ângelo

³ Doutora em Enfermagem, docente do Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação em Ensino Científico e Tecnológico da URI ? Santo Ângelo

RESUMO

Este estudo é parte de uma dissertação de mestrado profissional em Ensino Científico e Tecnológico e tem como objetivo realizar uma breve reflexão sobre a diversidade sexual e a violência de forma a socializar contribuições para a área da saúde do trabalhador. Trata-se de uma revisão narrativa. A violência é advinda do preconceito e da desigualdade entre homens e mulheres. Apesar das mudanças sociais ocorridas nas últimas décadas, a violência de gênero ainda está presente em vários espaços podendo causar efeitos negativos à saúde. Acredita-se na potência da educação, seja na família ou nos espaços escolares para a aceitação, o acolhimento da população LGBT e a prevenção da violência. É preciso que se discutam nas esferas municipal, estadual e federal políticas que possam intervir na morbidade e mortalidade da população LGBT vítimas de violência.

Palavras-chave: Violência; Sexualidade; Saúde do Trabalhador.

ABSTRAC

This study is part of a masters degrees' dissertation in Scientific and Technological Studies and its aim is to make a brief reflexion about sexual diversity and violence in order to socialize contributions for health workers. It's about a narrative review. Violence is accure from prejudice and inequality between men and women. Although the social changes that happened in the last decades, gender violence is still present in various places. Which can cause negative effects to health. A lot of credit is given to the potential that education has, being in a family or a school setting for the acceptance and welcoming of the LGBT and the prevention of violence against them. It is necessary to discuss in the municipal, state and federal spheres policies that can intervene in the morbidity and mortality of the LGBT population victims of violence.

Key-Word: Violence; Sexuality; Health of the worker.



Tipo de trabalho: TRABALHO COMPLETO (MÍNIMO 08 PÁGINAS, MÁXIMO 15 PÁGINAS)

INTRODUÇÃO

Assuntos relacionados à sexualidade e gênero, estão sendo abordados nos mais diversos meios de comunicação e redes sociais. A discussão ganha destaque quando a sexualidade transcende os discursos morais e religiosos, e apresenta-se como direitos reivindicados por movimentos sociais, lésbicas, gays, bissexuais e travestis e transexuais, e, feministas, amparados por organizações não governamentais e fundações.

Sexo é biológico, gênero é social, construído pelas diferentes culturas. E o gênero vai além do sexo. O que importa, na definição do que é ser homem ou mulher, não são os cromossomos ou a conformação genital, mas a autopercepção e a forma como a pessoa se expressa socialmente. (JESUS, 2012, p. 8).

Os autores Zerbinati e Bruns (2018, p. 44) enfatizam que anteriormente a sexualidade ou manifestações referentes a fenômenos sexuais eram relacionadas com questões de ordem médica e com enfoque biotecnológico. “Do pecado à doença, a sexualidade ganhou novos nomes e classificações nos manuais patológicos”.

Uma compreensão mais ampla de gênero exige que pensemos não somente que os sujeitos se fazem homem e mulher num processo continuado, dinâmico (portanto não dado e acabado no momento do nascimento, mas sim construído através de práticas sociais masculinizantes e feminizantes, em consonância com as diversas concepções de cada sociedade); como também nos leva a pensar que gênero é mais do que uma identidade aprendida, é uma categoria imersa nas instituições sociais (o que implica admitir que a justiça, a escola, a igreja, etc. são "generificadas", ou seja, expressam as relações sociais de gênero). Em todas essas afirmações está presente, sem dúvida, a ideia de formação, socialização ou educação dos sujeitos. (LOURO, 1995, p. 103).

A sexualidade faz parte da constituição do sujeito e pode ser representada de inúmeras formas. Relaciona-se com o prazer, manifestações afetivas e sexuais, as formas de relacionamento entre os indivíduos. A dimensão sexual é apenas uma dessas expressões, visto que é interpelada pela cultura e abrange os saberes, vivências, práticas e formas como o ser humano se identifica e se diferencia no cenário sociocultural e político. (SOUZA, 2018).

Para fundamentar a discussão do tema expõe alguns conceitos descritos por Jesus (2012) e pela Associação Brasileira de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). No Guia Técnico de Orientações sobre Identidade de Gênero, Jesus (2012, p. 24) apresenta alguns conceitos que serão descritos abaixo:



Tipo de trabalho: TRABALHO COMPLETO (MÍNIMO 08 PÁGINAS, MÁXIMO 15 PÁGINAS)

Gênero: Classificação pessoal e social das pessoas como homens ou mulheres. Orienta papéis e expressões de gênero. Independe do sexo.
Sexo: Classificação biológica das pessoas como machos ou fêmeas, baseada em características orgânicas como cromossomos, níveis hormonais, órgãos reprodutivos e genitais [...].
Expressão de Gênero: Forma como a pessoa se apresenta, sua aparência e seu comportamento, de acordo com expectativas sociais de aparência e comportamento de um determinado gênero. Depende da cultura em que a pessoa vive.
Identidade de Gênero: Gênero com o qual uma pessoa se identifica, que pode ou não concordar com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento. Diferente da sexualidade da pessoa. Identidade de gênero e orientação sexual são dimensões diferentes e que não se confundem. Pessoas transexuais podem ser heterossexuais, lésbicas, gays ou bissexuais, tanto quanto as pessoas cisgênero.
Cisgênero: conceito “guarda-chuva” que abrange pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento.

Ao contrário da crença popular, sexo não se configura como uma dualidade simples e fixa entre indivíduos deste e daquele sexo (binarismo ou dimorfismo sexual), mas como um complexo de características sexuais.

Conforme a Associação Brasileira de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (ALGBT, s/d) são conceitos relacionados ao tema:

Orientação sexual: Refere-se à capacidade de cada pessoa de ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas. Basicamente, há três orientações sexuais preponderantes: pelo mesmo sexo/gênero (homossexualidade), pelo sexo/gênero oposto (heterossexualidade) ou pelos dois sexos/gêneros (bissexualidade)[...].
Bissexual: É a pessoa que se relaciona afetiva e sexualmente com pessoas de ambos os sexos/gêneros.
GLS: Sigla que se popularizou por designar, em uma única sigla, não só os “gays” e “lésbicas”, mas também aqueles que, independentemente de orientação sexual ou identidade de gênero, são solidários, abertos e “simpatizantes” em relação à diversidade LGBT [...].
Heterossexual: Indivíduo amorosamente, fisicamente e afetivamente atraído por pessoas do sexo/gênero oposto.
Homossexual: É a pessoa que se sente atraída sexual, emocional ou afetivamente por pessoas do mesmo sexo/gênero.
Intersexual: É o termo geral adotado para se referir a uma variedade de condições (genéticas e/ou somáticas) com que uma pessoa nasce, apresentando uma anatomia reprodutiva e sexual que não se ajusta às definições típicas do feminino ou do masculino.
Lésbica: Mulher que é



Tipo de trabalho: TRABALHO COMPLETO (MÍNIMO 08 PÁGINAS, MÁXIMO 15 PÁGINAS)

atraída afetivamente e/ou sexualmente por pessoas do mesmo sexo/gênero. **Transsexual:** Pessoa que possui uma identidade de gênero diferente do sexo designado no nascimento. **Transgênero:** Terminologia utilizada para descrever pessoas que transitam entre os gêneros. São pessoas cuja identidade de gênero transcende as definições convencionais de sexualidade. **Travesti:** Pessoa que nasce do sexo masculino ou feminino, mas que tem sua identidade de gênero oposta ao seu sexo biológico, assumindo papéis de gênero diferentes daquele imposto pela sociedade.

É oportuno considerar que a sigla GLS é excludente, visto que não identifica as pessoas bissexuais, travestis e transexuais. Assim, recomenda-se não empregá-la como referência à esfera política das diversas vertentes dos movimentos LGBT.

Inicialmente, é oportuno destacar a importância de a escola e da universidade conhecerem esse universo, para que, reconhecendo as desigualdades nas relações de gênero e os diversos mecanismos de discriminação e racismo, que se manifestam implícita ou explicitamente nos cenários de ensino, possam avançar na discussão sobre o que é dito sobre o que é masculino ou feminino, a partir do biológico, e as relações de poder que são estabelecidas nesse processo de limite binário. (FERREIRA et al, 2018). É na formação que, iniciaremos os processos sociais inclusivos.

No estudo realizado por Silva (2018) ela descreve a criação de um Observatório de Gênero e Sexualidade, destacando que uma das iniciativas tomadas foi à inserção de uma disciplina optativa para cursos de graduação e pós-graduação, que abordam temas relacionados ao assunto. A autora ressalta que a disciplina foi muito procurada, demonstrando a necessidade do tema ser discutido na formação dos(as) acadêmicos(as). Considera a necessidade de ampliar esses espaços, contratando mais docentes para atuarem nessa área e também no fomento às mudanças nos currículos, para inserção da temática.

No entanto, a autora destaca que, em contraponto, a necessidade de instituir a temática nos currículos de graduação e pós-graduação está “o projeto da Escola sem Partido no Brasil, que se configura como uma ameaça ao desenvolvimento desses temas nos espaços educacionais e na sociedade em geral. (SILVA, 2018).

Apesar das mudanças sociais ocorridas nas últimas décadas, a violência de gênero está presente em vários espaços como a escola e explicita-se principalmente no ambiente doméstico acometendo mulheres e a população LGBT de todas as faixas etárias (BRASIL, 2009). Em 2017, conforme o mapeamento realizado pela ONG Grupo Gay da Bahia, a cada 19 horas uma pessoa LGBT foi morta no Brasil. Esse número se compara a 2012, onde a cada 26 horas uma pessoa LGBT foi morta no país, nos mostra o crescente número da violência contra essa população.

A violência assumiu formas e conteúdos diversos em diferentes



Tipo de trabalho: TRABALHO COMPLETO (MÍNIMO 08 PÁGINAS, MÁXIMO 15 PÁGINAS)

sociedades e contextos históricos. É um fenômeno que transcende ao tempo e ao espaço geográfico. Acomete diferentes culturas e classes sociais, ainda que seu impacto possa ser sentido com maior vigor nos grupos considerados vulneráveis e em países periféricos ao desenvolvimento capitalista mundial. (ESCORSIN, 2014).

O objetivo deste estudo é realizar uma breve reflexão sobre a diversidade sexual e a violência de forma a socializar contribuições para a área da saúde do trabalhador.

METODOLOGIA

Este estudo originado de um recorte de dissertação de mestrado profissional em Ensino Científico e Tecnológico, ainda em andamento. Trata-se de uma revisão narrativa. Os estudos que realizam revisões de literatura e de produções científicas são denominados de revisão integrativa, sistemática, bibliográfica, e, entre tantas outras, a revisão narrativa. Esta possibilita estabelecer relações com produções anteriores, apontando novas perspectivas, consolidando uma área de conhecimento e construindo orientações de práticas pedagógicas para a formação de profissionais. (VOSGERAU; ROMANOWSKI, 2014).

RESULTADOS

Por onde passam, travestis chamam a atenção e quase sempre são alvos de olhares curiosos, piadinhas e atitudes preconceituosas. Quando isso acontece na escola à pressão, em geral, é tanta, que a pessoa acaba abandonando os estudos, situação que favorece a marginalização, a falta de acesso ao mercado de trabalho e a possibilidade de ascensão social. (BRASIL, 2004).

No estudo realizado por Gomes Filho et al (2018) com 5 travestis, os autores destacam que o local de trabalho dos sujeitos e o espaço escolar correlacionam-se e as oportunidades de acesso a educação facilitam o ingresso dos sujeitos no mercado de trabalho formal. Essas possibilidades fazem com que essa população não esteja sujeita a buscar meios de trabalho informais que as exponham a situações de vulnerabilidade e violência.

Na atualidade a homofobia é ainda um dos preconceitos tolerados. Politicamente existem vários movimentos em defesa do direito de minorias como as étnico-raciais, mulheres, pessoas com deficiência, porém quando o assunto é o combate à violência pelos direitos da população LGBT poucos se apresentam. Referir, publicamente, que não simpatiza ou mesmo que odeia homossexuais ainda é algo tolerado e uma forma comum de afirmação e de constituição da heterossexualidade masculina (DINIS, 2011, p. 41).



Tipo de trabalho: TRABALHO COMPLETO (MÍNIMO 08 PÁGINAS, MÁXIMO 15 PÁGINAS)

As manifestações de violência acontecem através de agressões verbais e/ou físicas conhecidas como “bullying” que estão sujeitos aqueles que não seguem as regras da heteronormatividade. A palavra bullying foi definida pelo norueguês Dan Olweus na década de 70 e significa “a exposição repetitiva de um (a) estudante a ações de agressão (físico e/ou verbal) por parte de uma ou mais pessoas com a intenção de infringir dano ou desconforto sobre a vítima.” (DINIS, 2011, p. 42).

A violência contra LGBTs é denominada “LGBTfobia”, ou simplesmente “homofobia”, como é amplamente expressada na sociedade, é um tanto recente. Ambos são um conjunto de violações socioculturais, econômicas e políticas que estruturam os valores morais sobre os gêneros e as sexualidades. (PEIXOTO, 2018).

A LGBTfobia na escola só poderá ser combatida se existir um diálogo entre governantes e instituições de ensino para atender as principais demandas da população LGBT, que frequentemente surgem nos espaços educacionais formais e informais, mas que nem sempre são atendidas, em razão de desinteresses. Assim, é fundamental que “políticas públicas sejam implementadas nas escolas, garantindo a todos os adolescentes e jovens o direito a uma educação sexual que preze a igualdade sexual de forma a emancipar o aluno LGBT.” (ARAÚJO; GOMES, 2018, p.24).

As instituições educacionais devem discutir e aplicar medidas que previnam e banalizem toda e qualquer forma de discriminação, envolvendo um diálogo entre professores, diretores, pais e alunos acerca da diversidade sexual. A escola deve ser um ambiente de inclusão através da informação e do estímulo ao respeito. Barreiras do silêncio devem ser quebradas e as denúncias devem ser o meio legal para que as práticas educacionais saudáveis favoreçam a formação digna a todos os educandos. (ARAÚJO; GOMES, 2018).

Além da escola é nos espaços organizacionais do trabalho que a promoção do respeito deve ser estimulado. No entanto, Caproni Neto e Bicalho (2017, p. 262) destacam que “a realidade das organizações e do trabalho raramente permite uma discussão ampla, profunda e crítica sobre o tema, mesmo em um contexto como o contemporâneo em que as organizações dizem buscar a valorização das diferenças.” Outro fator destacado pelos autores é que além de não existir discussão sobre as diferenças nas organizações, elas ainda são tratadas de forma neutra e invisível.

Para Miskolci (2012), há uma ligação entre LGBTfobia, sexismo e racismo, visto que negros, mulheres e os homossexuais eram vistos como “ameaças” à ordem, daí começaram a ser associados à anormalidade, ao desvio e até mesmo a doença mental. Como seres “sob suspeita” justificavam demandas estatais, sobretudo médico-legais, de controle e disciplinamento.” (MISKOLCI, 2012, p. 39).

Conforme Escorsin (2014, p. 236):

Dentre as muitas expressões da violência, aquela que tem persistido como fenômeno histórico e universal é a de gênero, em particular de



Tipo de trabalho: TRABALHO COMPLETO (MÍNIMO 08 PÁGINAS, MÁXIMO 15 PÁGINAS)

homens contra mulheres, configurando-se como transversal a questão de raça, etnia, faixa etária ou classe social. Hoje é considerada uma questão de saúde pública e uma violação aos direitos humanos. Suas várias formas de opressão, de dominação e de crueldade incluem assassinatos, estupros, abusos físicos, sexuais e emocionais, prostituição forçada, mutilação genital, violência racial e outras.

Pesquisa que objetivou estimar a prevalência de discriminação sofrida na vida, entre travestis, transexuais e transgêneros identificou que a discriminação sofrida na vida foi relatada por 55,24% dos casos. Entre as pessoas que sofreram discriminação na vida, observou-se que no ambiente familiar, os parentes próximos 293 (49,66%) foram as principais. Quanto à violência sofrida, destaca-se a violência física (45,08%) e sexual (3,56%), após a revelação de sua identidade no ambiente familiar. As discriminações não ficaram restritas à família, 289 (48,98%) e 370 (62,71%) relataram episódios na escola e no trabalho, com consequentes efeitos negativos para a saúde. (SOUSA; ROCHA; BARROS, 2018).

A violência contra LGBTs no Brasil corrobora com os padrões de comportamentos que fundaram os padrões sociais e morais e não pode ser entendida como um fenômeno de significado interpessoal, particular e exclusiva entre pessoas. Ela não começa nem termina num ato violento de um sujeito isolado contra um outro LGBT, mas fundamentalmente é uma ação repleta de símbolos, inferências e linguagens que correspondem às estruturas das relações sociais de poder e opressão sexual e de gênero. É uma violência construída por opressão de gênero, repressões sexuais, padronizações de comportamentos. (PEIXOTO, 2018).

Uma revisão da literatura identificou que entre as consequências da homofobia no ambiente educacional estão a agressão física, moral e psicológica, a segregação, as dificuldades à inclusão, a impossibilidade de concluir os estudos básicos e, com isso não conseguir chegar à educação superior, a desigualdade, a discriminação, o isolamento, as críticas, os comentários ofensivos, os constrangimentos, o desrespeito as individualidades, a estigmatização da sexualidade não heterossexual, a inferiorização, a opressão, o preconceito, os insultos, sofrimento e sensação de que a escola não é lugar para LGBT. (VIEIRA, GHERARDI; SEVERO, 2018).

Conforme Irigaray e Freitas (2013) existem ainda muitas estratégias de sobrevivência adotadas por pessoas com orientação homo e bissexual no ambiente de trabalho, destacando que existe muito preconceito e discriminação. Inserir essas minorias no contexto social, educacional e do trabalho é tarefa de todos, sendo que estudos e pesquisas nessa área podem contribuir para o entendimento deste contexto e auxiliar no entendimento e nas políticas públicas e nas políticas e práticas organizacionais voltadas para as minorias. A garantia de direitos legais e sociais de todos os cidadãos independentemente da orientação sexual é papel da sociedade brasileira.

A epidemiologia da discriminação é um importante indicador, visto que possibilita identificar os efeitos negativos na saúde, na vida social e de populações dadas como fora dos padrões sociais. A literatura tem criado muitos casos discriminatórios com o grupo de LGBT, especialmente contra quem vivencia o discordante do esperado pela sociedade heteronormativa. A discriminação pode



Tipo de trabalho: TRABALHO COMPLETO (MÍNIMO 08 PÁGINAS, MÁXIMO 15 PÁGINAS)

se transformar em adoecimento, sofrimento, vulnerabilidade e pode ocasionar óbitos. É responsável por depressão e ansiedade (SOUSA; ROCHA; BARROS, 2018). Irigaray e Freitas (2013, p. 80) atentam para que “mais do que apenas perdas financeiras, ser estigmatizado como homo ou bissexual também acarreta em custos psicossociais e sofrimento no ambiente de trabalho.”

Diante dessas considerações acredita-se que a área da Vigilância em Saúde das esferas federais, estaduais e municipais, devem implicar-se com a temática, por meio da vigilância em saúde do Trabalhador, com políticas públicas e educação, de modo a minimizar a violência contra a população LGBT, no intuito de minimizar indicadores de morbidade e mortalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo com muitos estudos denunciando as ações violentas contra a população LGBT é preciso avançar e muito quanto à aceitação, acolhimento, compreensão seja na família ou fora dela, visto que preconceito e discriminação geram formas de sofrimento e marcas psicológicas difíceis de cicatrizar.

A violência contra qualquer pessoa é um fenômeno que tem afligido famílias, ocasionando medos e transformando a sociedade. Que sejam empenhados esforços para favorecer a aceitação, inicialmente, na família.

Acredita-se na potência da educação, seja na família ou nos espaços escolares para a aceitação, o acolhimento da população LGBT e a prevenção da violência. Seja nos espaços formais, informais ou não formais, a educação pode promover tolerância e inclusão a fim de que a aceitação seja propulsora de uma vida com mais qualidade, saúde e perspectiva.

É preciso que se discutam nas esferas municipal, estadual e federal políticas que possam intervir na morbidade e mortalidade da população LGBT vítimas de violência. Deve-se ainda, incentivar a notificação de casos a fim de tirar o fenômeno da violência da invisibilidade.

REFERENCIAS

ARAUJO, M. C. C; GOMES, J. C. S. Gênero, Diversidade Sexual e Lgbtphobia na Escola. **Geoconexões**, v.1, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. ABGLT. **Manual de Comunicação LGBT**. Ajir Artes Gráficas e Editora Ltda.



Tipo de trabalho: TRABALHO COMPLETO (MÍNIMO 08 PÁGINAS, MÁXIMO 15 PÁGINAS)

Disponível em:<

<https://unaid.org.br/wp-content/uploads/2015/09/Manual-de-Comunica%C3%A7%C3%A3o-LGBT.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2018.

BRASIL. **Gênero e Diversidade na Escola: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais.** Livro de Conteúdos. Rio de Janeiro: CEPESC, Brasília: SPM, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de DST, Aids e hepatites virais. **A travesti e o educador: respeito também se aprende na escola.** Brasília, DF: PNDST/Aids, 2004.

CAPRONI NETO, H. L.; BICALHO, R. A. **Violência simbólica, lesbofobia e trabalho:** um estudo em Juiz de Fora. *Holos*, ano 33, v. 4, 2017.

DINIS, N. F. Homofobia e Educação: quando a omissão também é signo de violência. **Educar em Revista.** Curitiba: editora UFPR, 2011.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n39/n39a04>>. Acesso em 12 set. 2018.

ESCOSIN, S. M. Violência de Gênero e Saúde Coletiva: um debate necessário. **R. Katal.** Florianópolis, v.17, n.2, 2014.

FERREIRA, D. de F. T. et al. Articulado Gênero e Raça na Educação Técnica de Nível Médio: o caso das estudantes egressas do IFPE - campus de Ipojuca. **Rev. Caravana:** Diálogos entre extensão e sociedade. v.3, n.1, 2018.

GOMES FILHO, A. dos S. et al. Experiências no mercado de trabalho de travestis

cearenses: andanças entre as terras de Padre Cícero e São Francisco de Assis. **Braz. J. of devolp.,** Curitiba, v.4, n.2, p. 502-513, 2018.

IRIGARAY, H. A.; FREITAS, M. A. Estratégias de sobrevivência dos gays no ambiente de trabalho. **Psicologia Política.** v.13, n.26, p. 75-92, 2013.

JESUS, J.G. de. **Orientações sobre identidade de gênero:** conceitos e termos. Guia Técnico sobre pessoas transsexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. Brasília, 2012. E-book. Disponível em:

<<http://www.diversidadessexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITO-S-E-TERMOS.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2019.



Tipo de trabalho: TRABALHO COMPLETO (MÍNIMO 08 PÁGINAS, MÁXIMO 15 PÁGINAS)

LOURO, G. L. Gênero, História e Educação: construção e desconstrução. **Educação e Realidade**. 1995.

Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71722/40669>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

MISKOLCI, R. **O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX**. São Paulo: Annablume, 2012.

ONG Grupo Gay da Bahia. Relatório Anual. Disponível em: <<https://grupogaydabahia.com.br/nossas-publicacoes/>>. Acesso em 9 jan. 2019.

PEIXOTO, V. B. Violência contra LGBTs: premissas históricas da violação no Brasil . **Periódicus**, Salvador, n.10, v.1, 2018.

SILVA, M. A. A incorporação da temática de gênero e diversidade na acadêmica: por uma ecologia de saber na universidade. **Educar em Revista**. Curitiba, v.34, n.70, 2018.

SOUSA, J. A.; ROCHA, T. M. A. C.; BARROS, C. R. S. Prevalência de Discriminação na Vida, entre Travestis, Transexuais e Transgêneros. v.4, n,1, 2018. **Cadernos de Gênero e Sexualidade**. Disponível em:| <<https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv>>. Acesso em 17 jan. 2019.

SOUZA, E. de J. **Educação sexual “além do biológico”**: problematização dos discursos acerca de sexualidade e gênero no currículo de licenciatura em biologia. Tese de Doutorado em Educação. UFRGS: Porto Alegre, 2018.

VIEIRA, R. P.; GHERARDI, S. R. M.; SEVERO, M. F. F. W. Causas e consequências da homofobia na escola: uma revisão. **Multi-Science Journal**, v.1, n.10, p.69 -77, 2018.

VOSGERAU, D. S. R.; ROMANOSWKI, J. P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Rev. Dialogo Educ.** Curitiba, v.14, n. 41, p.165-189, 2014.

ZERBINATI, J. P.; BRUNS, M. A. de T. **Transidentidade**: da ruptura patologizante a matriz da criatividade. Curitiba: CRV, 2018.



6° CONGRESSO INTERNACIONAL EM SAÚDE CISAÚDE

Vigilância em Saúde: Ações de Promoção,
Prevenção, Diagnóstico e Tratamento



Tipo de trabalho: TRABALHO COMPLETO (MÍNIMO 08 PÁGINAS, MÁXIMO 15 PÁGINAS)